

ESTUDO SOBRE OS AGRICULTORES FAMILIARES CAMPONESES DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA: CONEXÕES ENTRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

ANA CAROLINA BILHALVA DREHMER¹; GIANCARLA SALAMONI²

¹Universidade Federal de Pelotas – Bolsista CAPES- anacarolinadrehmer@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar camponesa, o processo de transição agroecológica e o desenvolvimento rural constituem o tema deste trabalho, sendo parte da pesquisa de mestrado em andamento intitulada “Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar: um estudo nos grupos Colônia Maciel (Pelotas), Germinar (Canguçu) e Amoreza (Morro Redondo) do RS”. A pesquisa está inserida na área de Geografia Agrária, a partir da linha de análise territorial do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. E, o objetivo central é investigar a transição agroecológica nas unidades produtivas como propulsora de estratégias de desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar.

Os sujeitos da pesquisa são compreendidos a partir da categoria analítica agricultura familiar camponesa, a fim de reconhecer a permanência das lógicas camponesas na agricultura familiar nas estratégias socioprodutivas que combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, resultando na construção e reprodução do patrimônio familiar (RIBEIRO, SALAMONI, 2011). Para Wanderley (2004), agricultura familiar e campesinato são conceitos equivalentes e se caracterizam como categorias sociais e políticas que representam parte da sociedade brasileira, presente desde o Brasil Colônia e que ainda busca formas para a manutenção de seus modos de vida no rural brasileiro.

Os agricultores familiares camponeses pesquisados fazem parte da Associação Bem da Terra, formada por produtores denominados rurais e urbanos, caracterizados a partir de suas localizações geográficas. A Associação foi criada em 2007, constituindo um dos pilares da Rede Bem da Terra e é formada por grupos que se organizam como Empreendimentos Econômicos Solidários¹ (DREHMER, 2018). Os grupos formados pelas famílias de agricultores familiares são o Amoreza, Colônia São Domingos, UNAIC, Germinar, MPA Coxilha do Silveira e Colônia Maciel, distribuídos nos municípios de Canguçu, Morro Redondo e Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul.

Os grupos passam pelo processo de transição agroecológica ancorado em metodologias que fomentam o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis e,

¹ **Empreendimentos Econômicos Solidários** são organizações com as seguintes características:

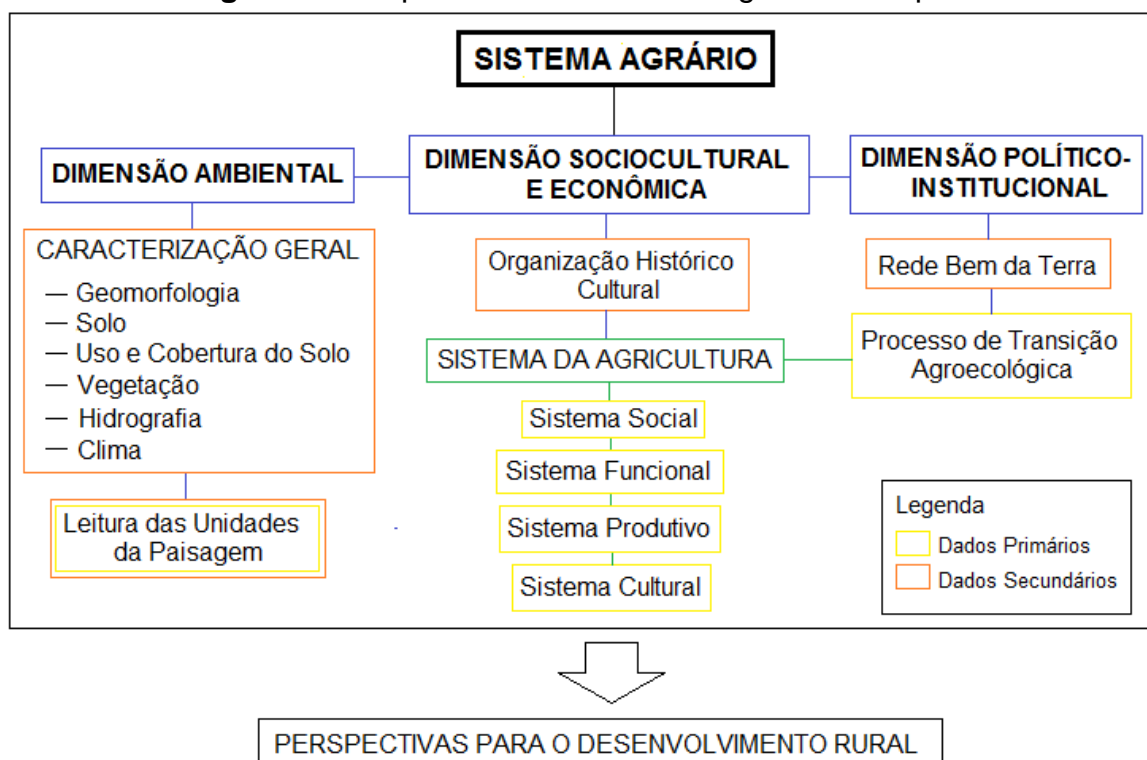
1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócios/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e os que estão em processo de implantação, com grupo de participantes constituído e atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário (FBES, 2019).

assim, o desenvolvimento rural (CAPORAL, 2009). Portanto, o processo de transição agroecológica tem como horizonte atender as demandas dos agricultores por meio de ações, princípios e valores que se opõem ao modelo de modernização conservadora da agricultura. Assim, neste processo são construídas, coletivamente e gradativamente, novas práticas que articulam os saberes tradicionais a cerca do sistema produtivo, social e técnico com os fundamentos epistemológicos e empíricos da agroecologia.

2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa se caracterizam através do método de análise pluralismo metodológico (ALVES, 2010) e pelos métodos de investigação de pesquisa qualitativa (STAKE, 2011 e TRIVIÑOS, 1987) e estudo de caso (YIN, 2010), tendo como técnicas para coleta de dados primários a observação e a entrevista. Portanto, foi organizada uma proposta teórico-metodológica, exposta na Figura 1, para orientar os passos da pesquisa, baseando-se na proposta dos estudos do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA).

Figura 1 – Proposta Teórico-Metodológica da Pesquisa



Elaboração da autora, 2019.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se, neste trabalho, o contexto sócio-histórico dos municípios de Canguçu, Morro Redondo e Pelotas, localizados na Serra dos Tapes, a fim de compreender as raízes históricas dos agricultores familiares camponeses.

A Serra dos Tapes, como escala regional de análise na qual os municípios estão localizados, é uma região serrana que foi inicialmente ocupada em um contexto de pré-colonização europeia, pelos índios Tapes da família Tupi Guarani. A Serra dos Tapes apresenta altitudes variadas entre 100 e 400 metros e possui

uma formação geológica correspondente ao éon pré-cambriano, com sua estrutura formada por sedimentos depositados da Bacia do Paraná e pelo Planalto Meridional constituído por derramamentos basálticos (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Assim, situa-se no “Planalto Uruguaio Sul-riograndense ou Escudo Cristalino Sul-riograndense, compreendendo o compartimento de relevo ao sul do rio Camaquã, e ainda, como escreve Grando (1989) é parte do sistema formado pela Serra do Sudeste” (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 74).

A partir da imigração e colonização do século XIX, o processo de ocupação da Serra dos Tapes está vinculado a três momentos, a saber: o primeiro momento de imigração foi por volta de 1756, quando foram concedidas as datas de terras para famílias açorianas; o segundo foi em 1850 com a imigração de alemães e pomeranos; e o terceiro, em 1875, quando famílias italianas tiveram acesso a lotes de terras (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

Assim, pelo final do século XVIII a meados do século XIX, o contexto tanto regional quanto nacional estava firmado no ciclo saladeiril caracterizando-se pela presença da mão de obra escrava de povos africanos e pelas charqueadas. A partir do ano de 1858, inicia o processo de colonização na Serra dos Tapes pela imigração europeia não portuguesa, a fim de expandir a produção agrícola, de caráter familiar, sobre áreas de matas e relevo íngreme (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

A organização da estrutura fundiária, até por volta de 1909, se caracterizou pela presença de grandes proprietários luso-brasileiros e latifundiários nas terras de planícies e pela presença de pequenas propriedades de imigrantes europeus não portugueses na região serrana (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Esta forma de organização está refletida em como o espaço agrário brasileiro se constituiu, pois, desde o processo de colonização portuguesa havia a configuração da grande lavoura e da agricultura de subsistência (PRADO Jr, 1961), além das comunidades indígenas e quilombolas.

As origens do campesinato tradicional brasileiro produzem, conseqüentemente, características próprias e diferentes dos demais camponeses do mundo, ou seja, constitui “uma forma social particular de organização da produção”, associando propriedade, trabalho e família (WANDERLEY, 2004, p. 45). A família depende da terra para sua sobrevivência, assim, é a gestora e trabalha na propriedade e garante sua reprodução socioeconômica através de seu patrimônio fundiário e cultural familiar. É caracterizada, historicamente, pela utilização do sistema de policultura-pecuária que combina atividades agrícolas com a criação animal.

Assim, o processo migratório tornou-se um fator característico da agricultura camponesa, a fim de constituir um território familiar, ou seja, “um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (WANDERLEY, 1996, p. 11).

Posteriormente, com o advento da modernização agrícola ou modernização conservadora, ocorre um processo de mudança na agricultura a partir da adoção do pacote tecnológico de inovações químicas, mecânicas e biológicas, por meio de insumos, agrotóxicos, sementes transgênicas, máquinas e equipamentos. Este processo foi um marco de ruptura e continuidade no campesinato tradicional, implementado no Brasil a partir de 1960. Entre outros efeitos sobre a agricultura familiar camponesa pode-se citar o desemprego estrutural; a perda das condições mínimas de sobrevivência como a produção para autoconsumo; a redução do uso de mão de obra; o endividamento dos agricultores que financiaram o pacote tecnológico e a degradação ambiental e cultural de suas unidades de produção.

4. CONCLUSÕES

Levando em consideração o processo sócio-histórico de constituição da agricultura familiar camponesa, percebe-se que as características do campesinato tradicional brasileiro permanecem como elementos constituintes de seus modos de vida e as mudanças ou rupturas resultaram da modernização agrícola. Diante disso, compreende-se a relevância de estudar organizações que fomentam estratégias de reprodução social e econômica junto aos agricultores familiares, como o caso da Associação Bem da Terra, pois estas visam o desenvolvimento rural sustentável por meio do processo de transição agroecológica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. D. **Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009**. 2010. 350 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010.

CAPORAL, F. R. (Coord.). **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: 2009.

DREHMER, A. C. B. **Estudo de Caso**: Grupo de Consumo Responsável “Feira Virtual Bem da Terra” de Pelotas/RS como Território Alternativo. 2018. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

FBES. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Acesso em 11 de set. 2019. Online. Disponível em: <http://fbes.org.br/linha-de-tempo/>.

PRADO Jr, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RIBEIRO, V. S.; SALAMONI, G. A Territorialização Camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, 2011.

SALAMONI, G.; WASKIEVICZ, C. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

STAKE, R. Pesquisa qualitativa, como as coisas funcionam. In.: STAKE, Robert. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura Familiar: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, p. 1-18, 1996.